



243
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0265471-1

EMBARGANTE: GlaxoSmithKline Brasil Ltda.

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO DO DÉBITO NO BOJO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. MANUTENÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL. ART. 267, VI, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. 1. Resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, nos termos da decisão recorrida, cuja fundamentação é clara e exauriente. 2. De fato, o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido informa que a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo. 3. Conforme restou consignado no acórdão recorrido, a satisfação da pretensão do credor através do pagamento realizado no bojo do processo de execução fiscal nº 2005.004985-3 não implica na extinção sem resolução de mérito da presente Ação Anulatória de Débito Fiscal. 4. É que, após a apresentação da contestação, passou a Fazenda Pública/ embargado a possuir o direito a uma sentença de mérito que aprecie os pedidos formulados em sua defesa, a qual, após o trânsito em julgado, fará coisa julgada formal e material e impedirá que a ação seja novamente proposta pelo contribuinte/embargante. 5. Sendo assim, constata-se que o pagamento do crédito tributário no bojo do processo de execução fiscal *não prejudica o interesse processual* da Fazenda Pública/embargado de obter uma sentença de mérito na ação anulatória que apresente aptidão para proteger a declaração de procedência da autuação fiscal sob o manto conferido pela coisa julgada formal e material. 6. Sendo assim, contrariando a tese do contribuinte/embargante, observa-se que não se aplica ao caso dos autos o disposto no art. 267, VI, do Código de Processo Civil. 7. Verifica-se, de resto, que as razões recursais, em verdade, denotam o inconformismo do contribuinte/embargante com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória. 8. Embargos declaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0265471-1, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 03 de julho de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



244
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0265471-1
EMBARGANTE: GlaxoSmithKline Brasil Ltda.
EMBARGADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por **GlaxoSmithKline Brasil Ltda.** em face de acórdão que **negou provimento à apelação cível** por ele interposta, o qual reconheceu que a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo.

Com efeito, sustenta o contribuinte/embargante, em suma, que o acórdão recorrido teria incorrido em omissão por não ter se manifestado expressamente sobre dispositivo legal essencial ao deslinde da controvérsia, qual seja o art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, afirma que, ainda que esse Tribunal de Justiça conclua pela inexistência de omissão que necessite ser reparada, *"entende a Embargante que se mostra indispensável a oposição dos presentes Aclaratórios para que seja, ao menos, realizado o prequestionamento expresso por essa Corte Federal do dispositivo legal mencionado nas razões apresentadas nesses autos pela Embargante, notadamente o art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil"*.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO DO DÉBITO NO BOJO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. MANUTENÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL. APELO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia devolvida a este Tribunal limita-se a definir se o pagamento de débito tributário no bojo de processo de execução fiscal enseja a extinção, sem resolução de mérito, da ação anulatória que impugna o mesmo auto de infração em que se fundara o feito executivo. 2. Conforme restou analisado pelo juízo de primeiro grau, a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo. 3. É que, após a apresentação da contestação, passou o réu/apelado a possuir o direito a uma sentença de mérito que aprecie os pedidos formulados em sua defesa, a qual, após o trânsito em julgado, fará coisa julgada formal e material e impedirá que a ação seja novamente proposta pelo autor/apelante. 4. Sendo assim, constata-se que o pagamento do crédito tributário no bojo do processo de execução fiscal não prejudica o interesse processual do réu/apelado de obter uma sentença de mérito na ação anulatória que apresente aptidão para proteger a declaração de procedência da autuação fiscal sob o manto conferido pela coisa julgada formal e material. 5. Apelo improvido, à unanimidade.



245



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Conforme visto, resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, nos termos da decisão recorrida, cuja fundamentação é clara e exauriente.

Com efeito, as questões debatidas foram devidamente analisadas, inexistindo a omissão apontada, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes.

De fato, o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido informa que a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo.

Conforme restou consignado no acórdão recorrido, a satisfação da pretensão do credor através do pagamento realizado no bojo do processo de execução fiscal nº 2005.004985-3 não implica na extinção sem resolução de mérito da presente Ação Anulatória de Débito Fiscal.

É que, após a apresentação da contestação, passou a Fazenda Pública/ embargado a possuir o direito a uma sentença de mérito que aprecie os pedidos formulados em sua defesa, a qual, após o trânsito em julgado, fará coisa julgada formal e material e impedirá que a ação seja novamente proposta pelo contribuinte/embargante.

Sendo assim, constata-se que o pagamento do crédito tributário no bojo do processo de execução fiscal **não prejudica o interesse processual** da Fazenda Pública/embargado de obter uma sentença de mérito na ação anulatória que apresente aptidão para proteger a declaração de procedência da autuação fiscal sob o manto conferido pela coisa julgada formal e material.

Sendo assim, contrariando a tese do contribuinte/embargante, observa-se que não se aplica ao caso dos autos o disposto no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, que assevera:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

(...)

VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o **interesse processual**;

(Grifou-se)

Verifica-se, de resto, que as razões recursais, em verdade, denotam o inconformismo do contribuinte/embargante com a decisão recorrida, corporificando **pretensão de reexame da causa**, propósito a que não se presta a via aclaratória.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos, porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 13 de julho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator